



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSESSORIA TÉCNICA DE GABINETE**

À Assessoria Jurídica do Gabinete

Dr. Rodrigo Silveira Rabello de Azevedo

Referência: Processo TC 10409/2020 – Inspeção Especial de Acompanhamento da Gestão – Transferência de Recursos Consórcio NE.

**Relatório Situacional
Transferência de Recursos ao Consórcio Nordeste**

Prezado, cumprimentando-o, encaminhamo informações relativas (síntese do fatos) às transferências de recursos pelo Governo da Paraíba por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde para o Consórcio Nordeste que é objeto do Relatório de Inspeção Especial do Tribunal de Contas do Estado, em anexo, aos presentes autos.

Pois bem, considerando o disposto no relatório de acompanhamento relativo ao procedimento em comento que trata da aquisição de Ventiladores Pulmonares para ações de combate à pandemia do Novo Coronavírus (nCov2019) por meio do Consórcio Sustentável do Nordeste – Consórcio NE, conforme disposto na Resolução nº 06/2020 de 31 de março de 2020.

Em razão do disposto na Resolução nº 06 de 31 de março de 2020 que determinou a realização de compras conjuntas, centralizadas ou compartilhadas, de bens e serviços voltados à estruturação da rede de urgência e emergência do Sistema de Saúde do Estados Consorciados, a equipe técnica do consórcio deu início ao levantamento de demandas para a participação dos estados em procedimentos de aquisição de conjunta, em especial, de Ventiladores Pulmonares. ***Com relação ao primeiro procedimento, trata-se do processo SEI 200.13105.2020.0000001-13 relativo à aquisição de 300 (trezentos) ventiladores Pulmonares por meio de dispensa de licitação nos termos do art. 4º da Lei nº 13.979 de 2020,*** conforme disposto no Termo de Referência em anexo.

Por sua vez, foi firmado o Contrato Administrativo nº 05/2020 entre o CONSÓRCIO NORDESTE a empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA para o fornecimento do objeto no valor global de R\$ 49.475.358,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais), sendo 30 (trinta) deste equipamentos destinados ao Governo da Paraíba à quem caberia repassar ao consórcio a quantia de R\$ 4.947.535,80 (quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos) conforme Cláusula Terceira do Contrato de Rateio nº 01/2020.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSESSORIA TÉCNICA DE GABINETE**

1) Processo SES nº 060420584 - Transferência de recursos para o Consórcio Nordeste (Contrato de Rateio 01).

Destaque-se de início que a Secretaria de Estado da Saúde já havia instruído procedimento anterior para a aquisição de 84 (oitenta e quatro) Respiradores Pulmonares (Dispensa nº 086/2020, processo nº 170320585), com a única proposta apresentada na dispensa foi da empresa INTERMED. Desta forma foi firmado o Contrato Administrativo nº 085/2020 e emitida Nota de Empenho em favor da INTERMED (NE 04886, datada de 26/03/2020)

Contudo, no dia 02/04/2020 a citada empresa comunicou a Secretaria de Estado da Saúde a impossibilidade de cumprimento do contrato, considerando que toda a sua produção estaria voltada ao atendimento do Ministério da Saúde pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

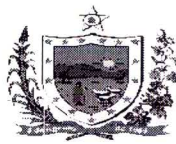
Nesse ponto não há que se afirmar que houve inércia do Governo Estadual no que tange à realização de procedimentos para a aquisição do objeto, houve sim providência adotada já após a decretação de calamidade pública, como se pode observar no procedimento autuado no dia 17/03/2020, contudo, pelos motivos acima expostos, a contratada comunicou a impossibilidade de atender ao contrato firmado com o Governo da Paraíba.

Frente ao cenário de instabilidade do mercado internacional e dos riscos da importação do objeto de forma direta, o governo estadual aderiu a compra pelo Consórcio NE, haja vista, a necessidade premente de aquisição de Respiradores Pulmonares para a manutenção e adequação de 84 (oitenta e quatro) *leitos de terapia intensiva e 252 (duzentos e cinquenta e dois) leitos de enfermaria, a serem disponibilizados para a população das 03 Macrorregiões de Saúde do Estado da Paraíba dentro do Plano Contingência Estadual de enfrentamento à COVID-19*

Desta forma, em razão do disposto no Ofício Circular CIDSN/SE nº 03/2020 abriu procedimento para propiciar a transferência de recursos relativa à sua cota parte do Governo da Paraíba relativa ao Contrato de Rateio nº 01/2020 para a aquisição de 30 Ventiladores Pulmonares, cabendo ao Estado da Paraíba à cota parte no montante de R\$ 4.947.535,80.

2) Processo SES nº 270420502 - Transferência de recursos para o Consórcio Nordeste (Contrato de Rateio 02).

Considerando o já relatado anteriormente a respeito das 84 (oitenta e quatro) unidades contratadas junto à INTERMED que comunicou a impossibilidade de atendimento ao Governo da Paraíba dentro de um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o Governo do Estado



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSESSORIA TÉCNICA DE GABINETE**

participou de uma segunda compra junto ao Consórcio NE, desta vez para aquisição de 75 (setenta e cinco) unidades de Ventiladores Pulmonares modelo – Drager Savina 300, conforme Contrato de Rateio nº 02/2020. Cabendo ao Estado da Paraíba à cota parte de R\$ 7.554.562,88 equivalente à primeira parcela de € 2.497.500,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e sete mil e quinhentos euros) no dia 27/04/2020 (câmbio 6.0497).

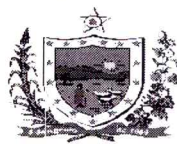
“Irregularidades apontados pelo órgão técnico de contas”

“5.1 No que tange ao Contrato Administrativo nº 005/2020, não foram entregues à Paraíba os 30 (trinta) ventiladores pulmonares adquiridos, através do Consórcio Nordeste, à empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA. (subitem 3.3.1.2 e 3.3.1.4 do presente relatório)”

Quanto ao item em comento, alega o órgão técnico de contas que o Estado da Paraíba teria transferido montante superior ao descrito no Contrato de Rateio nº 02/2020, contudo, o valor transferido ***foi o equivalente à USD 30.094,50 (trinta mil, noventa e quatro dólares e cinquenta centavos de dólar), tendo sido realizada uma transferência no dia 06/04/2020 no valor de R\$ 4.488.750,00 e outra complementar no valor de R\$ 458;785,80 no dia 07/04/2020*** que totaliza, exatamente, o montante descrito no Contrato de Rateio nº 01/2020 que é de R\$ 4.947.535,80 (quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos), conforme terceira – dos valores.

Com relação à alegação de que existem 02 (dois) contratos de câmbio em datas distintas, entendemos que qualquer variação de câmbio ou flutuação (que é algo previsível) na operação, em data posterior à transferência realizada pelo Governo da Paraíba, é de competência e ajuste pelo contratante, no caso o Consórcio NE. Contudo, reiteremos que a transferência da cota parte do Governo da Paraíba foi realizada com base no ajuste firmado em 06/04/2020 e com câmbio daquela data.

Por fim, com relação à inexecução do Contrato Administrativo nº 05/2020, como é sabido e noticiado na imprensa, no dia 30/05/2020 a Justiça Federal no Estado da Bahia determinou o bloqueio das contas da empresa HEMPCARE PHARMA do montante de R\$ 48.748.575,82 (quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Neste sentido, o Governo da Paraíba aguarda o trânsito em julgado da ação para reaver a cota parte a qual lhe cabe.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSESSORIA TÉCNICA DE GABINETE**

“5.2 Ausência de registro no SIAF dos pagamentos referentes às notas de empenho NE 8600, NE 8601 e NE 8607 (subitens 3.3.1.2 e 3.3.2.1 do presente relatório)”;

Com relação a tal argumentação, de início destacamos que a operação em linhas gerais, trata-se de elemento novo e nunca antes realizado pelo Governo do Paraíba. Tecnicamente não foi uma compra realizada de forma direta pelo Governo da Paraíba/Secretaria de Estado da Saúde. Não se tratou de procedimento de dispensa de licitação realizado de forma direta, mas sim de transferência financeira a outro ente, para aquele realizasse o procedimento de aquisição.

O que corrobora nossa argumentação é que ***à princípio a despesa foi classificada na modalidade de aplicação “90” – Aplicação Direta***, de forma que os atos de empenhamento da despesa foram realizados na classificação 4.4.90.52. Mas, como não se tratava de aplicação direta do Governo da Paraíba na lógica do procedimento para a aquisição do bem, posteriormente foi realizado o ajuste no Sistema SIAF para a classificação 4.4.93.52:

- Despesa de Capital;
- Outras Despesas de Capital;
- ***Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o ente participe;***
- Equipamentos e Materiais Permanentes.

Data máxima vênua, é esse ponto que discordamos sobre o momento de liquidação da despesa no SIAF. O procedimento de aquisição não foi realizado diretamente pelo Governo Estadual, tampouco a Secretaria de Estado da Saúde é a contratante. Houve sim, transferência de recursos à Consórcio Público e a liquidação ocorreria em razão da entrega do bem, devidamente acompanhado do documento fiscal que seria lançado no Sistema Integrado de Gestão de Bens Públicos (SIGBP). Data máxima vênua, a liquidação da despesa consiste na contraprestação, no implemento da condição, com a transferência do bem. Assim entendemos.

Ademais, ***a transferência do recurso ao Consórcio NE de forma antecipada, ocorreu de forma excepcional***, por se tratar de procedimento de importação em que a lógica do pagamento antecipado se dá em razão de proteções à flutuação do câmbio. Contudo, isso não significa que por parte do Governo Estadual houve liquidação da despesa já com a transferência financeira. Esse não é raciocínio contábil correto. Entendemos que a liquidação se daria com a entrega do bem e sua afetação devida patrimonial.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSESSORIA TÉCNICA DE GABINETE**

“5.3 Os numerários, totalizando R\$ 4.947.535,80, devem ser ressarcidos imediatamente ao erário estadual, pois correspondem a despesas realizadas sem que tenha havido o fornecimento do material (subitem 3.3.1.4 do presente relatório)”;

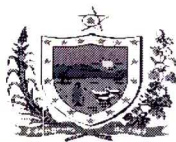
Como já relatado no dia 30/05/2020 a Justiça Federal no Estado da Bahia determinou o bloqueio das contas da empresa HEMPCARE PHARMA do montante de R\$ 48.748.575,82 (quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Neste sentido, o Governo da Paraíba aguarda o trânsito em julgado da ação para reaver a cota parte a qual lhe cabe.

“5.4 Os gestores, apesar da situação de pandemia, não podem se esquivar da transparência exigida na execução da despesa pública (subitem 3.3.2 do presente relatório)”;

No caso situação em tela, o Governo da Paraíba recebeu o Ofício Circular CIDSN/SE nº 04/2020 em 27/04/2020 com a indicação dos valores a serem transferidos. Contudo, tanto o Contrato de Rateio com as demais peças processuais foram encaminhadas à Secretaria de Estado da Saúde como também estão disponíveis no Sistema de Informações do Governo da Bahia (SEI/BA), as quais estamos juntando a presente Defesa.

“5.5 Contexto genérico do dispêndio vedado pelo Art. 8º, § 2º, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 (subitem 3.3.2 do presente relatório)”;

O objeto do Contrato de Rateio nº 02/2020 é a aquisição de bens conforme disposto no Anexo I que se trata de Ventiladores Pulmonares, modelos Evita 300 e Saviva 300, ambos da marca DRAGER. Todas as informações referentes às especificações relativas aos equipamentos ***Drager Savina 300 e Drager Evita 300***, constam nos autos do processo SEI 019.127792.2020.0051580-66, como também a Pro Forma Invoice e o Contrato de Cambio firmado pelo Consórcio NE junto ao Banco do Brasil. Muito embora o Contrato de Rateio nº 02/2020 traga informações mais sucintas, maiores detalhes podem ser observados nos autos do processo acima mencionado, **de forma que discordamos que se trate de despesa genérica**, haja que com o nome do produto é possível obter todas as informações do mesmo e suas características no site do fabricante.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSESSORIA TÉCNICA DE GABINETE**

“5.6 Em relação ao Contrato de Rateio nº 002/2020, entende-se que, ante a ausência de comprovação da despesa e da não entrega dos 75 (setenta e cinco) ventiladores pulmonares, devem ser ressarcidos imediatamente ao Estado da Paraíba o montante de R\$ 7.554.562,88 (subitem 3.3.2.1 do presente relatório)”;

Considerada a concretização da operação, no dia 12/06/2020 houve a devolução do recurso para a Conta Corrente nº 13006-0 (SEFAZ-PB), tendo sido o montante de R\$ 1.000.000,00 relativo à fonte 290 devolvido na mesma data para a Conta Corrente nº 13.968-8 (Doações COVID-19 FESEP). No mesmo sentido foram providenciadas as Notas de Pagamento no Sistema SIAF (NPs Escriturais) e suas respectivas de Guias de Depósito (GDs), estamos anexando a presente defesa, de forma entendemos ter sido atendido o item 3.3.2.1. do relatório.

“5.7 Realização de 02 (duas) contratações à aquisição de ventiladores pulmonares, por intermédio do Consórcio Nordeste, que não foram efetivadas, denotando inércia do Poder Público Estadual nas ações de combate à pandemia de Covid-19 (item 4 do presente relatório)”.

Data máxima vênua, mas o órgão técnico de instrução não teve ter percebido que no dia 17/03/2020 foi instaurado procedimento de Dispensa de Licitação nº 0086/2020 realizado pela Secretaria de Estado da Saúde para aquisição de Equipamentos Médicos para ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (nCov2019). De início cabe destacar que o procedimento em comento foi instaurado exatos quatro dias após a decretação da situação de Emergência em Saúde Pública no Estado da Paraíba decorrente do novo Coronavírus.

Quanto à motivação do procedimento já se observa às f. 03 dos autos que se trata da aquisição de equipamentos médicos para ***a manutenção e adequação de 84 (oitenta e quatro) leitos de terapia intensiva e 252 (duzentos e cinquenta e dois) leitos de enfermaria***, a serem disponibilizados para a população das 03 Macrorregiões de Saúde do Estado da Paraíba dentro do Plano Contingência Estadual de enfrentamento à COVID-19, dentre estes, 84 (oitenta e quatro) ventiladores pulmonares.

Tendo sido em tal procedimento firmado contrato junto à INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA (Contrato Administrativo nº 085/2020) publicado no D.O.E de 01/04/2020 e emitida Nota de Empenho em favor da citada empresa. Contudo, no dia 02/04/2020 a houve comunicação à Secretaria de Estado da Saúde quem por motivo de requisição administrativa por 180 (cento e oitenta) dias da totalidade dos bens já produzidos, como também os cuja a produção se encerrasse no citado prazo, conforme documentação comprobatória em anexa que é peça integrante do processo SES nº 170320585.

Ainda com relação à citada compra, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual propuseram à ***Ação Civil Pública nº 0804292-56.2020.4.5.05.8200*** visando a



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSESSORIA TÉCNICA DE GABINETE**

suspensão dos efeitos da Requisição Administrativa de Ventiladores Pulmonares realizada pelo Governo Federal e no dia 14/06/2020 houve decisão favorável ao Estado da Paraíba proferida pelo Magistrado João Pereira de Andrade Filho, a qual trazemos o excerto:

Ante o exposto, defiro, em parte, o pedido de tutela provisória de urgência, para:

suspender os efeitos da requisição administrativa de respiradores pulmonares realizada pela UNLÃO, por meio dos Ofícios n.º 72/2020/DLOG/SE/MS e n.º 80/2020 /DLOG/SE/MS, em relação ao Contrato n.º 85/2020, celebrado entre o ESTADO DA PARAÍBA e a empresa INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA;

determinar à empresa INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA que, no prazo de 05 (cinco) dias, entregue ao ESTADO DA PARAÍBA os 84 (oitenta e quatro) ventiladores pulmonares objeto do Contrato n.º 85/2020, cujas especificações constam da Consulta de Preço n.º 001/2020 (fls. 317/319) e do termo de referência, sob pena incidência de multa diária, desde logo fixada em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

Tal objeto foi recebido no último dia 22/06/2020, conforme veiculado na imprensa:

**Paraíba recebe os 84 respiradores
que foram comprados pelo
Governo e tinham sido retidos pelo
Ministério da Saúde**



publicado: 22/06/2020 15h09 última modificação: 22/06/2020 15h09

Outra medida implementada pela Secretaria de Estado da Saúde foi remanejamento de equipamentos já disponíveis na Rede Estadual para os leitos destinados ao enfrentamento da Pandemia conforme disposto no Plano de Contingenciamento da COVID-19, como também foi providenciada a manutenção de equipamentos que apresentavam problemas.

Mais uma vez reforçamos que não há que se afirmar que houve inércia do Governo Estadual no que tange à realização de procedimentos para a aquisição do objeto, como também realizar as devidas manutenções e remanejamento de outros dentro da Rede Estadual de Saúde para a efetivação das ações de enfrentamento à pandemia do Novo Coronavírus (nCov2019)



Somos todos
PARAÍBA
Governo do Estado

89

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSESSORIA TÉCNICA DE GABINETE**

Sem mais, seguem as informações relativas à subsidiar a defesa do procedimento em comento, também encaiminado em meio digital no dia 24/06/2020.

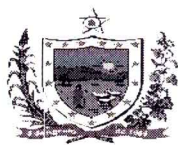
Atenciosamente;

João Pessoa, 29 de junho de 2020

Girlando Gomes da Silva

Mat. 178.784-5

Assessoria Técnica do Gabinete



Somos todos
PARAÍBA
Governo do Estado

85

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSESSORIA TÉCNICA DE GABINETE**

À Coordenadoria da Assessoria Técnica de Controle Interno
Dr. Maria Aulixiadora de B.V. Pessoa

Referência: Processo TC 10409/2020 – Inspeção Especial de Acompanhamento da Gestão – Transferência de Recursos Consórcio NE.

DESPACHO Nº 09/2020

Prezada, considerando que o procedimento em comento já é objeto de ***Relatório de Inspeção Especial do Tribunal de Contas do Estado***, cuja síntese dos fatos para subsidiar à Defesa do Secretário de Estado da Saúde foi encaminhada à Assessoria Jurídica do Gabinete (f. 77/84) em 24/06/2020, estamos encaminhando o feito para conhecimento desta unidade setorial de controle interno, ao mesmo tempo que recomendamos o arquivamento do procedimento na Gerência de Finanças, local em que deverá ficar à disposição dos órgãos de controle.

Atenciosamente;

João Pessoa, 03 de julho de 2020

Girlando Gomes da Silva
Mat. 178.784-5
Assessoria Técnica do Gabinete